

I

A ARÁBIA ANTES DO ISLÃO

Oráculo contra o deserto do mar. Como vêm os tufoes da parte do meio-dia, assim vem ele (o inimigo) do deserto, de uma terra terrível.

(Isaías, xxi, I)

A Península Arábica forma um vasto rectângulo com uma área de cerca de um milhão e duzentos e cinquenta mil milhas quadradas. É limitada a norte pela cadeia de territórios comumente designados por Crescente Fértil — da Mesopotâmia, Síria e Palestina — e desertos limitrofes; a leste e a sul pelo Golfo Pérsico e pelo Oceano Índico; a oeste pelo Mar Vermelho. Os distritos do Sudoeste do Iémen são uma região montanhosa bem irrigada, o que favoreceu desde muito cedo o desenvolvimento da agricultura e a implantação de civilizações sedentárias relativamente avançadas. O resto do território é constituído por estepes áridas e por desertos aqui e ali interrompidos por um oásis, atravessados por algumas rotas de comércio e caravanas. A população era essencialmente pastoril e nómada, vivendo dos rebanhos e do produto das incursões aos habitantes dos oásis e das províncias vizinhas cultivadas.

Os desertos da Arábia apresentam diversos tipos: os mais importantes, de acordo com a classificação árabe, são os de Nufud, imensa vastidão de dunas móveis que formam uma paisagem em permanente mutação; os de Hamad, de terreno mais consistente nas zonas próximas da Síria e do Iraque; a zona das estepes, de solo mais compacto, onde chuvas ocasionais fazem surgir uma vegetação súbita e efémera; e por último, o imenso e impenetrável deserto do Sudeste. As comunicações entre estas regiões são escassas e difíceis, dependendo essencialmente dos wadis, pelo que os

Lewis, B. "Os Árabes na História". Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

habitantes dos diferentes pontos da Arábia tinham poucos contactos entre si.

O Centro e o Norte da península são tradicionalmente divididos pelos Árabes em três zonas. A primeira é a Tihama, palavra semítica que significa «terras baixas», que caracteriza as planícies e vertentes do litoral do Mar Vermelho. A segunda, mais para leste, é a do Hijaz ou «barreira». Esta expressão referia-se inicialmente apenas à cordilheira montanhosa que separa a planície costeira do planalto de Najd, mas veio mais tarde a englobar grande parte da região litoral. Para leste do Hijaz fica o grande planalto interior de Najd, grande parte do qual constitui o deserto de Nufud.

Desde muito cedo que a Arábia constituiu uma rota de tráfego entre os países do Mediterrâneo e o Extremo Oriente, e a sua história foi determinada, em larga medida, pelas vicissitudes do tráfico este-oeste. As comunicações tanto no interior como através da Arábia foram condicionadas pela configuração geográfica da península, segundo linhas precisas. A primeira é a rota de Hijaz, que vai desde os portos do Mar Vermelho e postos fronteiriços da Palestina e Transjordânia, ao longo do flanco interior da cordilheira costeira do Mar Vermelho até ao Iémen. Em épocas diversas foi uma rota de caravanas entre o Império de Alexandre e dos seus sucessores no Próximo Oriente e os países do Extremo Oriente. Foi também a rota do caminho-de-ferro de Hijaz. Uma segunda rota atravessa o Wadi d-Dawasir, desde o extremo nordeste do Iémen até à Arábia central, onde se une a uma outra rota, a Wadi r-Rumma para o sul da Mesopotâmia. Esta constituiu a principal via de comunicação, nos tempos antigos, entre o Iémen e as civilizações da Assíria e da Babilónia. Por último, a Wadi s-Sirhan liga a Arábia central ao sudeste da Síria através dos oásis de Jawf.

Enquanto a investigação histórica na Arábia não se processar em moldes idênticos ao que se tem feito no Egipto, na Palestina e na Mesopotâmia, os primeiros séculos da sua história permanecerão obscuros, e o investigador terá de ir abrindo caminho cautelosamente por entre os destroços de hipóteses semiconstruídas, semidestruídas, que o historiador, com o escasso material de

que actualmente dispõe, não pode nem completar nem deitar por terra. De todas, talvez a mais famosa seja a teoria de Winckler-Caetani, assim designada em homenagem aos seus dois expoentes mais célebres. De acordo com esta teoria, a Arábia foi na sua origem um território extraordinariamente fértil e pátria dos povos semitas. Ao longo de milénios foi sofrendo todo um processo de seca constante, de esgotamento de riquezas e de cursos de água, e de alastramento do deserto em detrimento das terras cultiváveis. A produtividade decrescente da península, juntamente com o aumento da população, levou a uma série de crises de sobre-povoamento e, conseqüentemente, a um processo cíclico de invasões dos países vizinhos pelos povos semitas da península. Foram essas diversas crises que levaram os Sírios, os Arameus, os Cananeus (incluindo Fenícios e Hebreus) e, finalmente, os Árabes até ao Crescente Fértil. Os Árabes de que nos fala a história seriam, assim, como que uma massa residual indiferenciada depois de terem tido lugar as grandes invasões da história antiga. Muito embora não tenha sido feito até à data nenhum levantamento geológico minucioso da Arábia, já vieram a lume algumas provas em apoio desta teoria, sob a forma de leitos secos de rios e outras indicações de anterior fertilidade. Não existe, porém, qualquer prova de que este processo de dessecação tenha ocorrido após o aparecimento de vida humana na península, nem mesmo que se tenha verificado a uma escala susceptível de influenciar directamente o curso da vida humana. Existem também alguns testemunhos de carácter filológico em apoio desta tese, na medida em que a língua árabe, se bem que a mais recente das línguas semíticas no seu surgimento como instrumento literário e cultural, é, não obstante, de diversas formas, a mais antiga de todas na sua estrutura gramatical e, por consequência, a que se encontra mais próxima da língua original proto-semítica. Uma hipótese alternativa é a proposta pelo estudioso italiano Ignazio Guidi que considera o Sul da Mesopotâmia como a pátria dos semitas, e acentua que enquanto as línguas semíticas possuem vocábulos comuns para «rio» e «mar», não os têm para designar «montanha» ou «colina». Outros autores propõem a África e a Arménia.

A tradição nacional dos Árabes divide o povo árabe em dois ramos principais, o do Norte e o do Sul. Essa distinção encontra eco no capítulo X do Génesis, em que se referem duas linhas distintas de descendência de Shem para os povos do Sudoeste e do Centro e Norte da Arábia, sendo este último o que se encontra mais próximo dos Hebreus. O significado etnológico desta distinção é, e provavelmente continuará a ser, completamente desconhecido. Surge pela primeira vez na história em termos linguísticos e culturais. A língua árabe do Sul é diferente da do Norte da Arábia, que veio a dar o árabe clássico. É escrita num alfabeto diferente, que chegou até nós através de inscrições, e é aparentada com o etíope que se desenvolveu efectivamente na Abissínia por influência dos colonos vindos do Sul da Arábia e que estabeleceram os primeiros centros da civilização etíope. Outra distinção importante reside no facto de os Árabes do Sul serem um povo sedentário.

A cronologia da história primitiva da Arábia do Sul é obscura. Um dos primeiros reinos referidos em registos é o de Sabá, provavelmente o mesmo referido na Bíblia com o nome de Sheba, cuja rainha estabeleceu relações com o rei Salomão. A existência de Sabá remonta possivelmente ao século X a.C. Existem referências ocasionais que datam do século VIII e testemunhos do seu florescimento no século VI. Por volta do ano 750 a.C. um dos reis Sabeus mandou construir o famoso dique de Marib, que durante muito tempo regulou a vida agrícola do reino. Eram mantidas ligações comerciais com o litoral africano e, provavelmente, com países mais afastados. Os Sabeus parecem ter levado a cabo uma vasta colonização no território africano e fundado o reino da Abissínia, cujo nome provém de Habashat, povo do Sudoeste da Arábia.

A partir do momento em que as conquistas de Alexandre puseram o mundo mediterrâneo em contacto com o Extremo Oriente, o crescente número de informações provenientes de fontes gregas atesta o interesse pela Arábia do Sul. Os Ptolomeus do Egipto enviaram frotas pelo Mar Vermelho para explorar as costas da Arábia e as rotas comerciais para a Índia. Os seus sucessores no Próximo Oriente mantiveram o mesmo interesse. Nos

finais do século V d.C. o reino de Sabá encontrava-se em avançado estado de declínio. Fontes muçulmanas e cristãs sugerem ter sucumbido sob o domínio dos Himiaritas, outro povo do Sul da Arábia. O último rei himiarita, Dhu Nuwas, converteu-se ao judaísmo. Como represália contra as perseguições movidas por Bizâncio aos Judeus, adoptou medidas repressivas contra os colonos cristãos estabelecidos no Sul da Arábia. Tais medidas vieram, por seu turno, a ter repercussões em Bizâncio e na Etiópia, nessa época um estado cristão, permitindo que esta última tivesse simultaneamente um incentivo e a oportunidade de vingar os cristãos perseguidos e apoderar-se da chave do comércio com a Índia. Uma invasão etíope bem sucedida, com o apoio de cristãos locais, pôs termo ao reino Sabeu. O domínio etíope no Iémen não durou muito. No ano 575 d.C., uma expedição persa invadiu o país e reduziu-o a uma satrapia sem dificuldades de maior. Porém, o domínio persa também foi efémero, e à data da conquista muçulmana poucos vestígios restavam dele.

A base da sociedade no Sul da Arábia era a agricultura, e as inscrições com as suas frequentes referências a diques, canais, problemas fronteiriços e propriedade rural sugerem um elevado grau de desenvolvimento. Além de cereais, os Árabes do Sul produziam mirra, incenso e outras especiarias e essências, que constituíam a sua principal fonte de exportação. Nos países do Mediterrâneo as especiarias do Sul da Arábia, frequentemente confundidas com as que chegavam através da Arábia do Sul provenientes de territórios mais distantes, levaram à sua reputação quase lendária de país de riquezas e de prosperidade — a *Arabia Eudæmon* ou a *Arabia Felix* do mundo clássico. As especiarias da Arábia encontram múltiplos ecos na literatura ocidental, desde o «thesauris arabicis» de Horácio até aos «perfumes da Arábia», de Shakespeare e às «spicy shores of Araby the blest» de Milton.

A organização política da Arábia do Sul era monárquica e o seu regime parece assentar na sucessão de pais para filhos. Os reis não tinham carácter divino como nos restantes territórios do Oriente, e a sua autoridade, pelo menos em determinadas épocas, era limitada por conselhos de notáveis e, posteriormente, por um

certo tipo de feudalismo, em que os senhores locais governavam dos seus castelos os vassallos e camponeses.

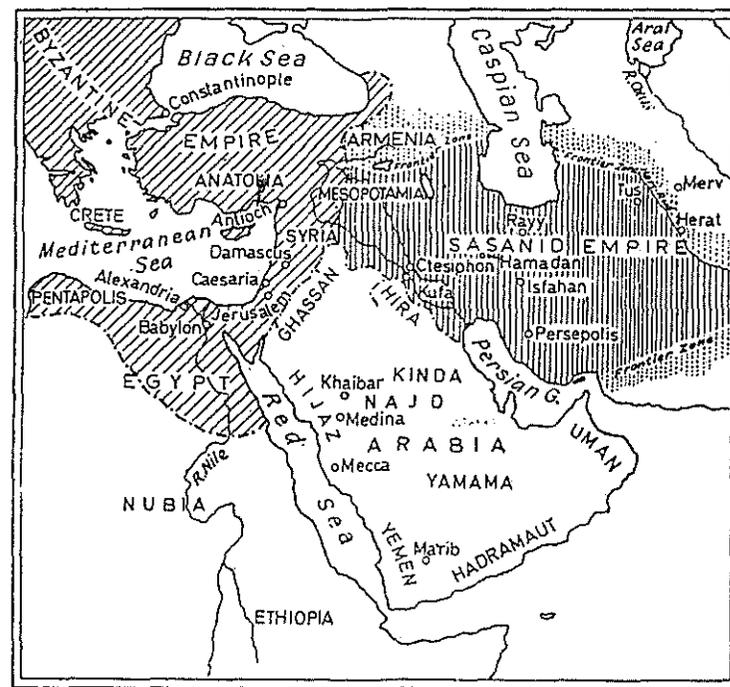
A religião da Arábia do Sul era politeísta e apresenta analogias, mais de ordem geral do que de pormenor, com as de outros antigos povos semitas. Os templos constituíam centros importantes da vida pública e possuíam grandes riquezas, administradas pelo chefe dos sacerdotes. O produto das colheitas de especiarias era considerado sagrado e uma terça parte reservada aos deuses, isto é, aos sacerdotes. Muito embora a escrita fosse conhecida e tenham chegado até nós inúmeras inscrições, não existe qualquer indício de livros ou de literatura.

Sê nos voltarmos do Sul para o Centro e Norte da Arábia, deparamos com uma história completamente diferente, que assenta em informações muito mais escassas. Vimos que algumas fontes assírias, bíblicas e persas nos oferecem referências ocasionais a povos nómadas do Centro e do Norte. Do mesmo modo, os Árabes do Sul parecem ter estabelecido colónias do Norte, provavelmente para fins comerciais. A primeira informação detalhada que possuímos data da época clássica, altura em que a penetração de influências helenísticas procedentes da Síria e a exploração periódica da rota comercial da Arábia ocidental deram origem a uma série de estados fronteiriços, semicivilizados nos desertos limítrofes da Síria e do Norte da Arábia.

Esses estados, ainda que de origem árabe, encontravam-se sob uma forte influência da cultura aramaica helenizada e utilizavam, de um modo geral, a língua aramaica nas suas inscrições. A sua natureza árabe revela-se unicamente nos seus nomes próprios. O primeiro e talvez o mais importante de todos foi o dos Nabateus que dominou, no período do seu maior poderio, uma área que se estendia desde o Golfo de Aqaba para norte até ao Mar Morto, abrangendo uma grande parte do Norte do Hijaz. O primeiro rei de que temos conhecimento através de inscrições é Aretas (Haritha, em árabe), mencionado em 169 d. C. A capital era em Petra, no actual reino da Jordânia. O reino nabateu estabeleceu os primeiros contactos com Roma no ano 65 d. C., quando Pompeu visitou Petra. Os Romanos estabeleceram relações amigáveis com o reino árabe, que funcionava como uma

espécie de estado-tampão entre as regiões colonizadas do oriente romano e o deserto selvagem. Em 25-24 d.C. o reino nabateu serviu de base à expedição de Êlio Galo. Essa expedição enviada por Augusto para conquistar o Iémen constituiu a única tentativa romana de penetração na Arábia, com o objectivo de controlar o escoamento a sul da rota comercial para a Índia. Partindo de um porto nabateu no Mar Vermelho, Êlio Galo conseguiu desembarcar na costa ocidental da Arábia e penetrar até ao interior. Todavia, a expedição revelou-se um fracasso total e terminou numa vergonhosa retirada romana.

Ao longo do primeiro século da era cristã, as relações romano-nabateias foram-se deteriorando e em 105 d. C. o Imperador Trajano transformou a Nabateia do norte numa província romana,



O Próximo e Médio Oriente em vésperas da ascensão do Islão

conhecida por Palaestina Tertia. Refira-se de passagem que os Árabes das províncias limítrofes romanas deram ao Império Romano pelo menos um Imperador, Filipe, que governou de 244 a 249 d. C. No período que se seguiu à sua morte, assistiu-se à ascensão do segundo dos estados árabes aramaizados do Sudeste da Síria. Trata-se do famoso reino de Palmira, fundado no deserto siro-árabe, uma vez mais no ponto de partida da rota comercial do ocidente. O seu primeiro soberano foi Odenato (em árabe Udaina), reconhecido rei pelo Imperador Galiano em 265 d. C. como recompensa pelo auxílio prestado na guerra contra os Persas. Após a sua morte, sucedeu-lhe a viúva, a célebre Zenóbia (em árabe Zainab), que durante algum tempo se intitulou rainha da maior parte do Próximo Oriente e proclamou seu filho, Athenodorus segundo as fontes clássicas, provavelmente a tradução grega do árabe Wahballat, César Augusto. O Imperador Aureliano passou finalmente à acção e em 273 d. C. conquistou Palmira, subjugou o reino e enviou Zenóbia para Roma, fazendo-a desfilar numa marcha triunfal romana acorrentada com correntes de ouro.

Esses dois estados, a despeito de um breve instante de glória nos anais romanos, foram incidentes transitórios, faltando-lhes a consistência e a firmeza dos reinos do Sul da Arábia, apoiados, de um modo geral, em povos nómadas e seminómadas, de características flutuantes. A importância que tiveram advinha-lhes da sua posição nas rotas comerciais que partiam de Roma e atravessavam a Arábia Ocidental até ao Extremo Oriente, e da sua função como estados-tampão ou principados tributários fronteiriços, que poupavam aos Romanos a tarefa árdua e dispendiosa de manutenção de defesas militares nas fronteiras junto ao deserto.

Sabemos menos de dois estados árabes que floresceram na época helenística, no interior — os estados da Lihyan e de Thamud. São conhecidos essencialmente através de inscrições feitas na sua própria língua e, no caso do último, a partir de algumas referências no Alcorão. Supõe-se que ambos tenham estado durante algum tempo sob a suserania dos Nabateus, tornando-se independentes mais tarde.

Num dado momento, no século IV, as rotas comerciais parecem ter-se desviado do Oeste da Arábia para outros canais — através do Egipto e do Mar Vermelho e através do vale do Eufrates e do Golfo Pérsico. O período que medeia entre os séculos IV e V foi de declínio e de depauperamento. No Sudoeste, como vimos, as civilizações do Iémen enfraqueceram e submeteram-se ao domínio estrangeiro. A perda de prosperidade e as migrações das tribos do sul para o norte são sintetizadas e simplificadas pela tradição nacional árabe no episódio único e dramático da rotura do dique de Marib e consequente devastação. A norte, os estados fronteiriços anteriormente florescentes ou ficaram sujeitos ao domínio imperial, ou regressaram a um anarquismo nómada. As cidades existentes na maior parte da península foram perdendo importância ou desapareceram, e o nomadismo alastrou por toda a parte, à custa do comércio e da cultura.

O traço dominante da população do Centro e do Norte da Arábia neste período crucial que precedeu imediatamente a ascensão do Islão é o do tribalismo beduíno. Na sociedade beduína a unidade social é constituída pelo grupo e não pelo indivíduo. Este só tem direitos e obrigações enquanto membro do respectivo grupo. O grupo mantém-se unido exteriormente pela necessidade de autodefesa contra as dificuldades e perigos da vida no deserto, e internamente pelos laços de sangue de descendência por linha masculina, que constitui o vínculo social básico. A subsistência da tribo depende dos rebanhos e manadas e da pilhagem de aldeias vizinhas e de caravanas que se aventuram a atravessar a Arábia. É através de uma espécie de cadeia de pilhagens recíprocas que os produtos e géneros provenientes dos territórios colonizados penetram, por via das tribos mais próximas das fronteiras até às tribos do interior. Normalmente, a tribo não reconhece a propriedade privada, se bem que exerça direitos colectivos sobre as pastagens, nascentes, etc. Encontramos testemunhos de que por vezes os próprios rebanhos constituíam propriedade colectiva da tribo e de que apenas os bens móveis eram considerados propriedade individual.

A organização política da tribo era rudimentar. O chefe era o Sayyid ou Sheikh, chefe eleito, o qual raramente representava

algo mais do que o primeiro entre os seus iguais. Mais do que ditar, ele seguia a opinião tribal. Não podia impor obrigações nem infligir penalidades. Os direitos e as obrigações cabiam às diversas famílias no seio da tribo, mas a nenhuma de fora. A função do «governo» do Sheikh era mais de arbitragem do que de exercício de autoridade. Não detinha quaisquer poderes coercivos e os próprios conceitos de autoridade, soberania, penas públicas, etc. eram rejeitados pela sociedade nómada árabe. O Sheikh era eleito pelos velhos da tribo, normalmente de entre os membros de uma única família, funcionando como uma espécie de casa de Sheikhs, designada por *Ahl al-bait*, «às pessoas da casa». Era apoiado por um conselho de anciãos denominado *Majlis*, constituído pelos chefes das famílias e pelos representantes dos clãs existentes na tribo. O *Majlis* funcionava como porta-voz da opinião pública. Parece ter sido reconhecida a distinção entre determinados clãs considerados aristocráticos e os restantes.

A vida da tribo era regulada pelo direito consuetudinário, a *Sunna*, ou prática dos antepassados, cuja autoridade advinha da veneração pelo passado, e encontrava a sua única sanção na opinião pública. O *Majlis* tribal era o seu símbolo formal e único instrumento. A principal restrição social à anarquia dominante consistia na vingança pelo sangue, impondo à família de um homem assassinado o dever de exigir vingança do assassino ou de um dos membros da sua tribo.

A religião dos nómadas era uma forma de polidemonismo próxima do paganismo dos antigos semitas. As entidades por eles adoradas eram, na origem, os habitantes e seres tutelares de lugares específicos, que viviam nas árvores, nas fontes e especialmente nas pedras sagradas. Havia alguns deuses no sentido real, que transcendiam na sua autoridade as fronteiras dos cultos puramente tribais. Os três mais importantes eram Manat, 'Uzza e Allat, este último mencionado por Heródoto. Os três estavam submetidos a uma divindade superior, normalmente designada por Allah. A religião tribal não possuía um verdadeiro clero; os nómadas errantes transportavam consigo os seus deuses numa tenda vermelha, espécie de arca da aliança, que os acompanhava durante os combates. A sua religião não era individual, mas comu-

nal. A fé tribal concentrava-se à volta do deus da tribo, geralmente simbolizado por uma pedra e, às vezes, por qualquer outro objecto. Ficava sob a custódia da casa do Sheikh, que desse modo conquistou um certo prestígio religioso. Deus e culto constituíam a divisa da identidade tribal e a única expressão ideológica do sentido de unidade e de coesão da tribo. A submissão ao culto tribal era expressiva de lealdade política. A apostasia era equivalente a traição.

O oásis era a única excepção a este modo de vida nómada. Aqui, pequenas comunidades sedentárias formavam uma organização política rudimentar, e a família mais importante do oásis estabelecia, em regra, uma espécie de regime de pequena realeza sobre os seus habitantes. Por vezes, o soberano do oásis reivindicava uma vaga suserania sobre as tribos vizinhas. Algumas vezes também, um dos oásis conseguia obter o controlo de um oásis vizinho, dando assim origem a um efémero império no deserto. Só um deles, o de Kinda, merece que se lhe faça referência uma vez que a sua ascensão e expansão prefiguram, de muitos modos, a posterior expansão do Islão. O reino de Kinda floresceu no Norte da Arábia, nos finais do século V e inícios do século VI. Inicialmente poderoso, expandindo-se pelos territórios dos estados fronteiriços, soçobrou devido à falta de força moral e de coesão interna, e ainda por não ter conseguido penetrar as barreiras erigidas pelos impérios bizantino e persa, então muito mais poderosos do que algumas décadas mais tarde quando assistiram ao assalto avassalador do Islão. O reino de Kinda deixou uma marca indelével na poesia árabe. No século VI as tribos árabes da península possuíam uma linguagem e uma técnica poéticas comuns, independentemente dos dialectos tribais, que as unia numa única tradição e numa única cultura de transmissão oral. Essa língua e literatura comuns ficou a dever muito da sua força e do seu impulso aos feitos e à memória de Kinda, a primeira grande aventura colectiva das tribos do Centro e do Norte. Ao longo do século VI atingiu toda a sua maturidade clássica.

Os nómadas foram entretanto estabelecendo, aqui e ali, cidades com um nível de sociedade muito mais avançado. Destas a mais importante foi Meca, no Hijaz. Na cidade cada clã conti-

nuava a ter o seu *Majlis* e a sua pedra, mas a união dos clãs que constituíam a cidade manifestava-se exteriormente através de um conjunto de pedras reunidas num santuário central com um símbolo de unidade em Meca, onde um conselho denominado *Mala*, formado pelos *Majlis* dos clãs, veio substituir o simples *Majlis* tribal. O carácter condicional e consensual da autoridade do Sheikh foi enfraquecendo e, em certa medida, foi suplantado por um tipo de oligarquia das famílias dominantes.

Apesar da regressão verificada neste período, a Arábia não se encontrava ainda totalmente isolada do mundo civilizado, mantendo-se numa zona de fronteira. Tanto a cultura persa como a cultura bizantina, nos seus aspectos material e moral, penetraram através de diferentes canais, muitos deles ligados às rotas comerciais transarábicas. O estabelecimento de colónias estrangeiras na própria península revestiu-se de certa importância. Numerosas colónias de Judeus e de Cristãos fixaram-se em diversos pontos da Arábia, divulgando a cultura aramaica e helenista. O principal centro cristão do Sul da Arábia situava-se em Najran, onde se desenvolveu uma vida política relativamente avançada. Por toda a parte se encontravam judeus e árabes judaizados, designadamente em Yathrib, que mais tarde veio a chamar-se Medina. Eram essencialmente agricultores e artesãos. A sua origem é incerta, e muitas teorias diferentes têm sido avançadas.

Outra via de penetração foi através dos estados fronteiriços. A mesma necessidade que levava os Romanos a incentivar a ascensão dos reinos de Nabateia e de Palmira levou os Impérios Bizantino e Persa a permitir o desenvolvimento de estados árabes fronteiriços junto às fronteiras da Arábia com a Síria e o Iraque. Os estados de Ghassan e de Hira eram ambos cristãos, o primeiro monofisita, o segundo nestoriano. Ambos apresentavam traços da cultura aramaica e helenística, que se infiltrou em parte para o interior. Os primeiros tempos da história de Ghassan são obscuros, e o que chegou até nós foi exclusivamente através da tradição árabe. Para alguns a sua história começa em 529 d. C. quando ao filarco Harith ibn Jabala (Aretas, em grego) foram concedidos novos títulos por Justiniano após a sua vitória sobre os vassalos árabes da Pérsia. Os Gassânidas habitavam nas ime-

dições do rio Yarmuk e eram reconhecidos, mais do que nomeados por Bizâncio. Em vésperas da ascensão do Islão, os subsídios até então pagos por Bizâncio aos Gassânidas foram suspensos por Heráclio como medida económica após as desgastantes Guerras Pérsicas, razão pela qual os invasores muçulmanos foram encontrar Ghassan num estado de grande revolta contra Bizâncio. Nas linhas fronteiriças da província do Iraque, sob o domínio persa, ficava o principado árabe de Hira, estado vassalo dos imperadores Sassânidas da Pérsia, dependentes enquanto tinham força e arrogantes quando enfraquecidos. A sua função no Império Sassânida foi idêntica à dos Gassânidas no Império Bizantino. Nas Guerras Pérsicas contra Bizâncio, os Árabes de Hira serviam normalmente como tropas auxiliares. O seu período de maior independência foi durante o reinado de Al-Mundhir III, contemporâneo e inimigo do gassânida Harith. Hira sempre foi considerada pela tradição árabe como parte essencial da comunidade árabe, em contacto directo com o resto da Arábia. Embora vassalo dos Persas, foi buscar a sua cultura essencialmente ao Ocidente, à civilização cristã e helenística da Síria. Inicialmente pagã, converteu-se ao cristianismo nestoriano trazido pelos cativos. A dinastia Lakhm foi exterminada após uma revolta dirigida pelo Imperador persa Chosroes II, que designou um governador persa que manobrava por trás de um governo fantoche árabe. Em 604 os Persas foram derrotados por tribos árabes recém-chegadas, que se fixaram na região pondo assim fim ao estado de Hira e à expansão persa no Nordeste da Arábia.

O domínio estrangeiro directo constituiu uma outra fonte de influência estrangeira restrita. O breve domínio exercido pela Abissínia e pela Pérsia no Iémen e nas províncias limítrofes, persas e bizantinas, do Norte da Arábia, foi um dos canais através do qual os Árabes tomaram conhecimento das técnicas militares mais avançadas da época, para além da infiltração de outras influências de natureza material e cultural.

A resposta árabe a esses estímulos externos pode ser analisada de diversos modos. Numa perspectiva material, os Árabes adquiriram armas, aprenderam a usá-las e conheceram os princípios da organização e da estratégia militar. Nas províncias fronteiriças

do Norte, as tropas auxiliares árabes eram subsidiadas e submetidas a uma preparação intensiva. Os têxteis, a alimentação, o vinho e provavelmente também a arte da escrita chegaram até aos Árabes do mesmo modo. Intelectualmente, as religiões do Médio Oriente, com os seus princípios monoteístas e concepções morais, trouxeram consigo alguns traços culturais e literários, preparando o caminho para o êxito que viria a ter a missão de Maomé. Essa resposta, de um modo geral, circunscreve-se a determinadas áreas, nomeadamente às populações sedentárias do Sul da Arábia e do Hijaz.

A despeito da importância, em termos de extensão e de número, dos nómadas, foram os elementos fixos e, particularmente, os que viviam e trabalhavam nas rotas comerciais transarábicas quem efectivamente moldou a história árabe. As sucessivas deslocções dessas rotas determinaram as alterações e as revoluções na história dos Árabes. Na segunda metade do século VI d. C. ocorreu uma modificação cujo alcance se veio a revelar da maior importância. A rota Eufrates-Golfo Pérsico, até então privilegiada pelo comércio entre o Mediterrâneo e o Extremo Oriente, começou a deparar com dificuldades resultantes das lutas constantes entre os Impérios Bizantino e Persa, e com impedimentos relacionados com rivalidades políticas, barreiras tarifárias e uma desorganização generalizada devida aos conflitos permanentes. O Egipto encontrava-se igualmente numa situação de desordem, não oferecendo já uma rota alternativa através do Vale do Nilo e do Mar Vermelho. Os mercadores voltaram-se uma vez mais para a rota difícil mas mais tranquila que partia da Síria, atravessando a Arábia ocidental até ao Iémen, a cujos portos aportavam os barcos vindos da Índia. O próprio Iémen havia sucumbido ao domínio estrangeiro. Os reinos de Palmira e de Nabateia, ao norte, cuja anterior prosperidade se ficara a dever a uma idêntica combinação de factores, haviam desaparecido há muito. A oportunidade surgida foi aproveitada pela cidade de Meca.

A história de Meca é obscura quanto aos primeiros tempos. Se, como foi sugerido, se identificar com a Macoraba do geógrafo grego Ptolomeu, foi fundada provavelmente como ponto de passagem na rota das especiarias do sul para o norte da Arábia.

Encontra-se situada no cruzamento das linhas de comunicação para sul para o Iémen, para norte para o Mediterrâneo, para oriente para o Golfo Pérsico e para ocidente para o porto de Jeda no Mar Vermelho, via marítima para África. Durante algum tempo antes da ascensão do Islão, Meca esteve ocupada pela tribo de Quraish no Norte da Arábia, transformando-se rapidamente numa importante comunidade comercial. Os mercadores de Quraish tinham acordos comerciais com as autoridades fronteiriças de Bizâncio, da Abissínia e da Pérsia e desenvolviam um comércio intensivo. Duas vezes por ano enviavam grandes caravanas para norte e para sul. Essas caravanas tinham a natureza de empreendimentos cooperativos, organizados por grupos de comerciantes associados de Meca. Noutras épocas do ano eram enviadas caravanas mais pequenas, e existem testemunhos da existência de comércio marítimo com África. Nos arredores de Meca realizavam-se diversas feiras, a mais importante das quais era a de 'Ukaz. Integravam-se na vida económica de Meca, contribuindo para aumentar a influência e o prestígio da cidade entre os nómadas vizinhos. A população de Meca era diversificada. O elemento central e dominante, designado por «Quraish do Interior», era constituído por uma espécie de aristocracia mercantil de caravaneiros e homens de negócios, os empresários e verdadeiros senhores do comércio transitário. Vinham a seguir os chamados «Quraish do Exterior», uma população de pequenos comerciantes estabelecidos mais recentemente e de condição mais humilde, e finalmente um *proletariado* de estrangeiros e de beduínos. No exterior de Meca encontravam-se os «Árabes de Quraish», as tribos beduínas dependentes.

O governo da cidade de Meca foi descrito por Lammens como uma república mercantil dirigida por um sindicato de homens de negócios, ricos e prósperos. No entanto, esta afirmação não deve ser entendida no sentido de instituições republicanas organizadas segundo o modelo ocidental. Quraish acabava de emergir do nomadismo e o seu ideal continuava a ser o ideal nómada — o máximo de liberdade de acção e o mínimo de autoridade pública. A autoridade era exercida pelo *Mala*, o correspondente urbano do *Majlis* tribal, constituído por homens notáveis

e chefes de família eleitos em função da sua riqueza e posição social. A sua autoridade era meramente moral e persuasiva, assentando na solidariedade de classe dos mercadores a verdadeira base de unidade. Essa solidariedade esteve bem patente na luta movida contra Maomé. A experiência comercial e a mentalidade da burguesia de Meca criou-lhes capacidade de cooperação, de organização e de autocontrole, raros entre os Árabes e de importância primordial na administração do vasto império que viriam a subjugar.

Foi neste contexto social que surgiu Maomé, o Profeta do Islão.

MAOMÉ E A ORIGEM DO ISLÃO

E foi assim que nós te revelámos um Alcorão árabe, para que advirtas Meca, a Mãe das Cidades, e os que estão à sua volta; para que os adtas do Dia do Julgamento...

(Alcorão, xlii, 5)

Num ensaio sobre Maomé e as origens do Islão, Ernest Renan observa que, diferentemente de outras religiões envolvidas em mistério nas suas origens, o Islão surgiu sob a luz crua da história. «As suas raízes não vão além da superfície, a vida do seu fundador é-nos tão familiar quanto a dos Reformadores do século XV». Ao fazer esta observação, Renan referia-se ao abundante material biográfico fornecido pelo *Sira*, biografia muçulmana tradicional do Profeta. Quando os problemas decorrentes da governação de um vasto império colocaram os Árabes perante toda a espécie de dificuldades que nunca se haviam posto durante a vida do Profeta, foi estabelecido o princípio de que todo o comportamento se deveria pautar não só pelo próprio Alcorão, a palavra de Deus, mas também pela prática e pela pregação do Profeta ao longo da sua vida. Essa prática e pregação foi preservada sob a forma de Tradições (em árabe, Hadith), em que cada *Hadith* é confirmado por uma série de pessoas do seguinte modo: «Eu ouvi de... que ouviu de... que ouviu de... que ouviu o Profeta dizer». No espaço de algumas gerações após a morte do Profeta, uma imensa coleção de Hadith foi tomando forma, abrangendo todos os aspectos da sua vida e pensamento.

À primeira vista, o Hadith, pela sua cuidadosa enunciação de testemunhos autorizados, remetendo sempre para uma testemunha ocular, afigurar-se-ia uma fonte digna de todo o crédito. No entanto, surgem algumas dificuldades. A compilação e regi-